

Processos Participativos BIP/ZIP. Modelo ou Estratégia de Desenvolvimento Local?

Sofia Sebastião^a, Alexandra Paio^b, Miguel Brito^c

Resumo

O BIP/ZIP será apenas um modelo ou uma estratégia de desenvolvimento local? E, de que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios? É perante estas questões que o presente estudo aborda os aspetos relacionados com a implementação do processo BIP/ZIP na cidade de Lisboa a uma escala macro territorial e compreende a estrutura geral do sistema para a implementação dos subsistemas. A análise baseia-se numa taxonomia do programa BIP/ZIP e os resultados permitirão construir um documento reflexivo que facilite a aplicação de processos semelhantes a outros territórios no país.

Keywords

Processos Participativos, BIP/ZIP, Desenvolvimento Local, Taxonomia

Abstract

BIP/ZIP is a model or strategy of local development? How can these processes apply to other territories? Based on these premises, this study addresses several factors related with the BIP/ZIP process deployment in Lisbon at a macro geographical scale and understands the overall system framework towards the deployment of subsystems. The analysis is based on a BIP/ZIP program taxonomy and the results will allow writing a reflective document that streamline the deployment of similar processes in other areas of the country.

Keywords

Participatory Processes, BIP/ZIP, Local Development, Taxonomy

Introdução

“Temos de reconciliar a visão tradicional dos decisores com as ideias e visões dos cidadãos, criando novos consensos com base nas redes ou heterarquias, em vez das hierarquias. É disso que trata o urbanismo emergente: planeamento de baixo para cima, com as pessoas e para as pessoas”¹

A persistência de um conjunto de problemas sociais e urbanísticos na cidade de Lisboa originou, em 2008, a definição de um conjunto de procedimentos camarários que aliassem o desenvolvimento local à participação da comunidade e a requalificação urbana à integração social, económica, ambiental. A transformação da cidade tem, assim, início nos seus habitantes e nas suas comunidades locais, tornando evidente as fortes influências do processo do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) (1974-1976). Na década de

sessenta do século passado, o tema participação e arquitetura surge assente nos princípios políticos e sociais da altura. As pessoas passam a ter um papel ativo na tomada de decisões no lugar onde habitam (Bandeirinha, 2007). A abordagem que, durante alguns anos deixou de ter impacto sobre a sociedade, surge nas primeiras décadas do século XXI, nacionalmente e internacionalmente, como um dos caminhos para a inclusão e a integração nas cidades (Rosa e Weiland, 2013) e (Sanoff, 2000). Os utilizadores, mais do que um espaço projetado para eles, necessitam de um espaço pensado por eles. Segundo Hamdi (2004:109) “O projeto participativo (e o planeamento) são a chave para se obter equidade e eficiência ao formular planos e na governança urbana”. A participação passa a ser vista como uma mudança na criação e gestão do ambiente urbano. Objetiva-se uma transformação através de uma sociedade voluntária onde os cidadãos podem trabalhar como parceiros (Sanoff, 2011). Esta mudança reflete-se,

^a Arquiteta, Mestre em Arquitetura, ISCTE- Instituto Universitário Lisboa, Portugal, email: arq.sofiapimentelsebastiao@gmail.com.

^b Professora Professora Auxiliar, Doutorada em Arquitetura e Urbanismo, ISCTE- Instituto Universitário Lisboa, Portugal; Investigadora no DINÂMIA 'CET. Email: alexandra.paio@iscte-iul.pt.

^c Arquiteto, Câmara Municipal de Lisboa. Email: miguel.brito@cm-lisboa.pt.

¹ Helena Roseta (2015), Escutar a cidade: dos pecados urbanos à energia BIP-ZIP.

também, na transição de uma escala do grande planeamento para as micro práticas sociais e apropriações coletivas, chamando a atenção para as iniciativas abertas e táticas na configuração da paisagem urbana (Rosa, 2011).

Um dos marcos importantes, em Portugal, deste novo paradigma é o programa BIP/ZIP que está na sua 7ª edição. O programa estrutura-se sobre uma Carta de Bairros e Zonas de intervenção prioritária de Lisboa, definida em 2008 e atualizada em 2017. Passados seis anos sobre a sua criação, é importante uma análise crítica sobre o programa BIP/ZIP enquanto veículo de desenvolvimento local através de uma visão operativa sobre as micro práticas urbanas de coesão social e territorial e o envolvimento/evolução das diferentes parcerias locais.

Neste contexto, surgem as três questões que guiam o estudo em curso: Qual o papel do programa BIP/ZIP no desenvolvimento local? O BIP/ZIP será apenas um modelo ou uma estratégia de desenvolvimento local? E de que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios?

A resposta a estas questões passa por definir uma taxonomia interativa on-line dos projetos BIP/ZIP, que permita ter uma visão holística sobre o programa através da correlação dos diferentes dados disponíveis nas fichas de candidatura ao programa. A classificação dos projetos aprovados é realizada através da identificação das necessidades de cada zona/bairro segundo três componentes distintas: de cariz social, urbanístico e ambiental. Numa primeira fase, pretende-se com isto: (1) identificar os objetivos que incentivam a uma cidadania ativa e a uma interação e procura, direta e coletiva de soluções através da participação da população; (2) contribuir para uma reflexão sobre a inclusão harmoniosa da população nas cidades; e (3) aferir o impacto no desenvolvimento local. Numa segunda fase de análise, a taxonomia poderá contribuir para ler o programa BIP/ZIP como estratégia ou modelo. A estratégia da palavra grega *stratēgia* remete-nos para uma visão global de projeção do futuro e para a arte de liderar integrada no processo decisório, com base em um procedimento formalizado e articulador de resultados. O modelo, leva-nos para o que serve ou pode servir de exemplo, para ser imitado. Na última fase, faz-se uma extrapolação sobre a possível exportação do programa para outros contextos ou territórios.

Desenvolvimento local: do processo SAAL ao BIP/ZIP

O processo SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local – nasce após o 25 de Abril de 1974. Este

período foi marcado pela movimentação populacional urbana em dois momentos distintos: o primeiro, ditado pela apropriação temporária de casas construídas; e o segundo momento, pelas movimentações de população alojada em bairros informais associadas à operação denominada SAAL (Ferreira, 1975:18). O último, é considerado um programa de política habitacional inovador promovido por associações de moradores, aprovado e assinado no despacho de 31 de Julho de 1974 pelo Arquiteto Nuno Portas, em 1974. Um “corpo técnico especializado” e/ou “brigadas técnicas” abrangido por arquitetos e aspirantes a arquitetos, apoiava, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações desalojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos, “(...) as iniciativas deveriam partir dos moradores, organizados em associações ou cooperativas. Às Câmaras competiria um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores diretos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis [...] e na garantia dos empréstimos previstos na legislação” (Pereira, 2014:14). O processo tomou diversos rumos tendo pronunciado o seu fim em 1976. No entanto, o contributo desencadeado pelas intervenções urbanísticas e sociais que foram sendo implementadas um pouco por todo o país, mais precisamente na grande Lisboa, permitem refletir sobre a influência do SAAL no desenvolvimento dos planos de ação do programa BIP/ZIP.

Em 2008, com a crise social e económica do país, assiste-se a uma redução do consumo fase ao baixo investimento público e privado. Por estas e outras razões, surge o programa BIP/ZIP concebido pela antiga vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa, Helena Roseta como resposta rápida a uma estratégia de reabilitação de Lisboa de através de pequenos investimentos. Segundo Costa (2013:11), “Devemos à Vereadora Helena Roseta a ideia, a iniciativa e a força para vencer o preconceito do estigma. [...] Prioridade à participação, à mobilização, à integração, à criação”, e ainda reforça a ideia de que “(...) esta é a pequena amostra do muito que temos perdido e que perdemos quando desistimos de ter uma Lisboa completa, de todos e para todos”.

A experiência BIP/ZIP em Lisboa demonstra que há um enorme interesse nos processos *bottom-up*, desde que sejam criadas condições para isso. As parcerias locais formadas por associações formais e informais, têm potenciado projetos de melhoria dos bairros e zonas prioritárias.

O que é o programa BIP/ZIP?

O BIP (Bairros de Intervenção Prioritária) / ZIP (Zonas de Intervenção Prioritária) é um programa que visa a coesão social e territorial através de uma parceria ativa entre habitantes e parceiros locais (Associações de Moradores, Juntas de Freguesias, IPSS, juntas de freguesia, escolas, entre outros) de uma zona prioritária mapeada na carta BIP/ZIP do município de Lisboa. O programa emerge de uma experiência desenvolvida em bairros críticos em 2005. Desde 2011, anualmente, por concurso, são apoiados, diversos projetos, financeiramente com um limite máximo de 50.000 euros. As práticas são sustentadas por uma perspetiva de cariz económico, social e ambiental. O propósito principal é a reabilitação e revitalização de áreas significativas da cidade em “*cidade de todos*”. A aliança assenta numa cidadania ativa, na capacidade de auto-organização, na criação de um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local, e na procura coletiva de soluções para a melhoria das suas condições de vida do bairro. A iniciativa tem contribuído para promover uma imagem positiva dos Bairros e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade de Lisboa, sem discriminações no acesso aos bens e serviços (Brito, 2013).

As micro práticas urbanas baseiam-se em diferentes estratégias definidas nas parcerias locais, como: ações de formação ou sensibilização, limpeza do espaço público, exposições, campanhas, eventos comunitários, criação de páginas de Internet, entre outras atividades que impliquem o despoletar de convívios e dinâmicas comunitárias e a participação dos cidadãos; serviços à comunidade, como a criação de espaços de internet, de ocupação de crianças, jovens e idosos, bibliotecas, mediatecas, edição de publicações e outros suportes informativos de e para a comunidade, sistemas de trocas locais, hortas comunitárias, entre outros serviços de interesse para as populações dos BIP/ZIP; pequenos investimentos e ações integradas, como a recuperação de instalações destinadas à prestação de novos serviços à comunidade, requalificação do espaço público, apoio ao empreendedorismo e às atividades económicas, podendo englobar várias ações previstas nos escalões anteriores; e em ações elegíveis (Brito, 2013). O projeto surge como pressuposto para solucionar problemas coexistentes do passado. Para Helena Roseta (2013:13) os Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária nascem: “da consciência que tínhamos, findo o processo de erradicação das barracas em Lisboa, de não terem acabado as desigualdades urbanas na cidade”, problemas

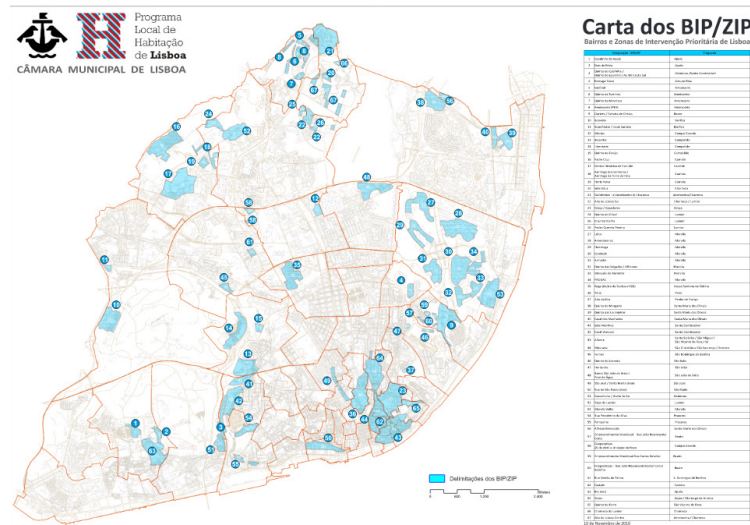


Imagem 1 - Carta BIP/ZIP

Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>

estes associados à instabilidade socioeconómica da população, e problemas urbanístico ambiental que foram crescendo com as tentativas falhadas de implementação de planos anteriores de reabilitação e revitalização em diferentes zonas urbanas. Madalena Perestrelo Lemos (2014:56) enumera os núcleos de políticas públicas de revitalização que permitiram ao programa BIP/ZIP a identificação dos vários Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária a intervir: “(...) delimitações municipais existentes, identificadas no âmbito do PLH, e que se enquadrassem no conceito de Bairro Prioritário, nomeadamente: ACRRU (Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística); AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal); Bairros Municipais (sob gestão da GEBALIS) com problemáticas especiais; Zonas Remanescentes do PIMP e do PER (Programas Especiais de Realojamento); Bairros ex-SAAL com problemas graves pendentes; Área de intervenção da SRU Ocidental – Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental; Área de intervenção do Programa Viver Marvila.”

A caracterização dos bairros permite uma leitura *top-down* do território dando origem à Carta BIP/ZIP (Imagem 1) com base em três princípios: socioeconómicos, urbanísticos e ambientais. Estes facilitaram a identificação de questões qualitativas e/ou quantitativas, possibilitando demarcar com maior precisão as áreas de maior carência com necessidade de intervenção.

A Carta está inserida no Plano Diretor Municipal de Lisboa. A 14 de Julho de 2010, foi deliberada em Concelho Municipal 363/2010 tendo sido

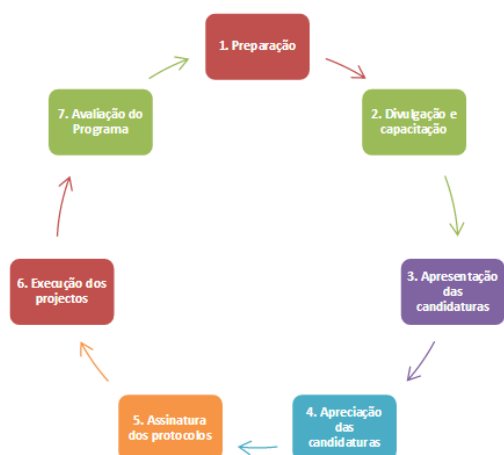


Imagem 2 - Ciclo de etapas dos projetos BIP/ZIP
 Fonte: http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf

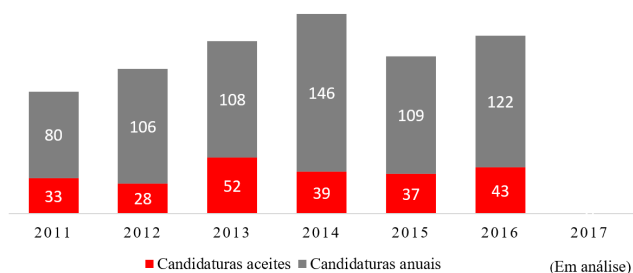


Gráfico 1 - Candidaturas anuais dos projetos ao Programa BIP/ZIP
 Fonte: Sofia Sebastião

identificados 61 Bairros e/ou Zonas de Intervenção Prioritária. Esta aprovação esteve em discussão pública até Setembro do mesmo ano e contou com a identificação de mais seis Bairros e/ou Zonas tendo sido aprovada em Concelho, através da Deliberação 616/2010 pela Câmara Municipal de Lisboa a 17 de Novembro de 2010. Concluiu-se assim a Carta BIP/ZIP com a identificação de 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa. Para a atual vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local, Paula Marques “Este programa é um instrumento para fazer cumprir as nossas políticas de desenvolvimento local” para 10 anos (Observador, 2015).

A discussão pública foi feita segundo debates genéricos e especializados, a divulgação de informação e a recolha de opiniões envolveu três níveis de participação: (1) divulgação massiva (socieda-

de civil); (2) divulgação direcionada (cidadãos e organizações com envolvimento local); e (3) divulgação qualificada (especialistas de diversas áreas). O processo não está fechado o que permite estar em constante transformação. A Carta BIP/ZIP está em atualização desde 2015 o que permite aferir a evolução das áreas identificadas e a identificação de áreas futuras com necessidades interventivas.

É com base na Carta BIP/ZIP que são definidos os Bairros e Zonas que recebem apoio financeiro para a realização das propostas comunitárias. As candidaturas anuais dos projetos das parceiras locais são feitas através de uma plataforma online e segundo etapas bem delineadas (Imagem 2).

A submissão é feita com base num calendário, formulário on-line e com um valor máximo de 50.000 euros. A cada candidatura devem estar asseguradas no mínimo a participação de uma entidade promotora e de duas entidades/parceiras locais. As candidaturas são avaliadas por um júri definido por membros internos e externos ao município. Os processos de avaliação têm um conjunto de critérios pré-definidos e um orçamento anual definido pelo município. Após a sua aprovação os promotores oficializam um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa onde assumem a total responsabilidade na gestão financeira do projeto e junto com os parceiros a conceção e execução do projeto definido em candidatura (Imagem 2).

No gráfico é possível observar o número de candidaturas aceites por ano face ao número de candidaturas propostas (Gráfico 1).

Em 2011 foi lançada a primeira edição anual do programa BIP/ZIP que contou com uma verba no valor superior de 1 milhão de euros em orçamento atribuído. Até 2016, estão contabilizadas 671 candidaturas das quais 232 foram implementadas. Tendo em conta os resultados obtidos é possível verificar que, o número de candidaturas por ano subiu gradualmente apresentando uma pequena descida no ano de 2015. Por outro lado, o maior número de candidaturas está presente no ano de 2014 com um total de 146 das quais 39 aceites. Em presença destes números é possível observar uma divergência na relação de candidaturas aceites em relação ao número de candidaturas submetidas.

A avaliação das candidaturas assenta em critérios aprovados em concelho que garantem as seguintes condições: (1) a execução do projeto num ano; (2) a melhoria à cidade através da coesão social e territorial; (3) a sustentabilidade das propostas a longo prazo; (4) a possibilidade de novas populações e que asseguram novas opor-

tunidades a áreas degradadas e esquecidas. Nos últimos anos, a inovação e sustentabilidade do projeto assumem grande importância no momento da seleção.

Tendo em atenção os diagnósticos da Carta BIP/ZIP, o Programa BIP/ZIP considera dois aspetos relevantes na elaboração das candidaturas: (1) temáticas; e (2) destinatários preferenciais. No primeiro ponto, são indicadas cinco rubricas: (1) Melhorar a Vida no Bairro – projetos que promovam o sentido de pertença e corresponsabilidade com o património comum, favoreçam a coesão do bairro através de atividades lúdicas e culturais e desportivas; (2) Competências e Empreendedorismo – projetos que promovam a troca de conhecimentos com o objetivo de criar novas competências nos moradores e, assim, promovem a economia local; (3) Reabilitação e Requalificação de Espaços – projetos que promovam intervenções no tecido edificado e/ou a regularização de questões urbanísticas e patrimoniais (ex: ex-SAAL, ex-Cooperativas e AUGI); (4) Inclusão e Prevenção – projetos que promovam a integração na Comunidade e na Sociedade; (5) Promoção da Cidadania – fomentem a participação ativa dos moradores na identificação e resolução dos seus problemas no Bairro. No segundo ponto são definidos cinco grupos: (1) Crianças; (2) Jovens; (3) Idosos; (4) Família; e (5) Comunidade. Todas as atividades propostas, com financiamento BIP/ZIP, devem enquadrar-se nas temáticas e grupo de destinatários do programa.

Taxonomia do programa BIP/ZIP: 2012 e 2015

O programa BIP/ZIP conta com 6 edições anuais, 671 candidaturas submetidas e 232 já foram alvo de uma intervenção que envolveu cerca de 532 entidades locais. O programa tem assumido grandes proporções no tecido de Lisboa, respondendo de forma rápida e eficaz a problemas coexistentes na sociedade. A monitorização realizada pelo município tem permitido a introdução de melhorias a vários níveis no programa. No entanto, a ausência de uma visão holística e em rede sobre o seu impacto no desenvolvimento local da cidade, tem limitado a gestão sustentável do programa. Os processos de mapeamento têm limitações metodológicas que resultam em imprecisões e restrições nas conclusões. Neste sentido, a opção por sistemas de classificação pode ser uma mais-valia para atingir este propósito. A classificação e categorização de informação, complexa, tem produzido novo conhecimento

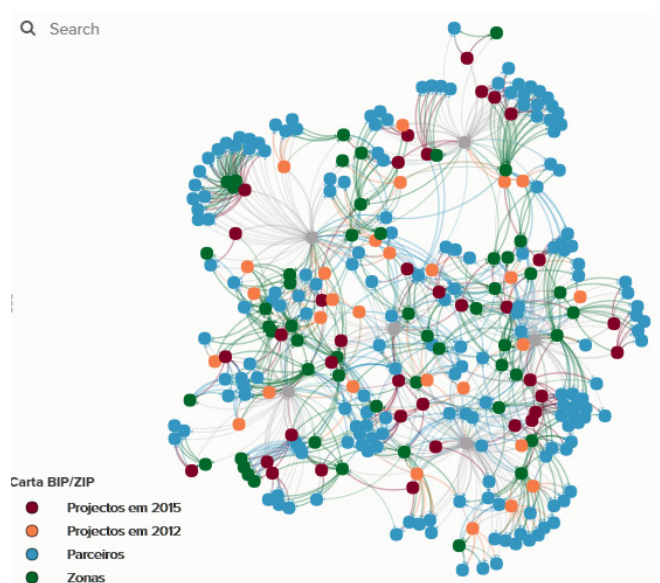


Imagem 3 - Taxonomia BIP/ZIP interativa

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

através da ordenação e estruturação de dados em esquemas organizados por categorias (propriedades, padrões, comportamentos ou temas).

A taxonomia tem sido utilizada em diferentes áreas do conhecimento como um exemplo que engloba identificação, descrição, nomenclatura e classificação. Existe no mercado um conjunto de ferramentas digitais que permitem, a partir da definição de categorias, a visualização interativa de correlações entre conteúdos (ex: kumu.io). As taxonomias interativas online, abertas ao público, tem a vantagem de permitir aos interessados na temática fazer leituras e aferições direcionadas aos seus campos de interesse. A taxonomia BIP/ZIP (Imagem 3) foi elaborada segundo várias fases e tendo como base uma amostra que são as fichas disponíveis na plataforma on-line. Uma das fases foi estabelecer um conjunto de categorias para análise de correlações.

Neste artigo será descrito apenas parte do trabalho, ainda em curso. Os dados analisados correspondem às candidaturas BIP/ZIP de 2012 e 2015. Os resultados que se apresentam baseiam-se na correlação de informação referente a: (1) Onde? – que visa responder a que zona corresponde à carta BIP/ZIP; (2) Quando? – em que ano a zona identificada foi alvo de intervenção; (3) O Quê? – segundo que temática a zona determinada sofreu intervenção; e (4) Quem? – que parceiras locais estiveram associadas a cada projeto (Imagem 4). Com base no trinómio de critérios foi definida a taxonomia BIP/ZIP interativa (Imagem 4). Nesta é

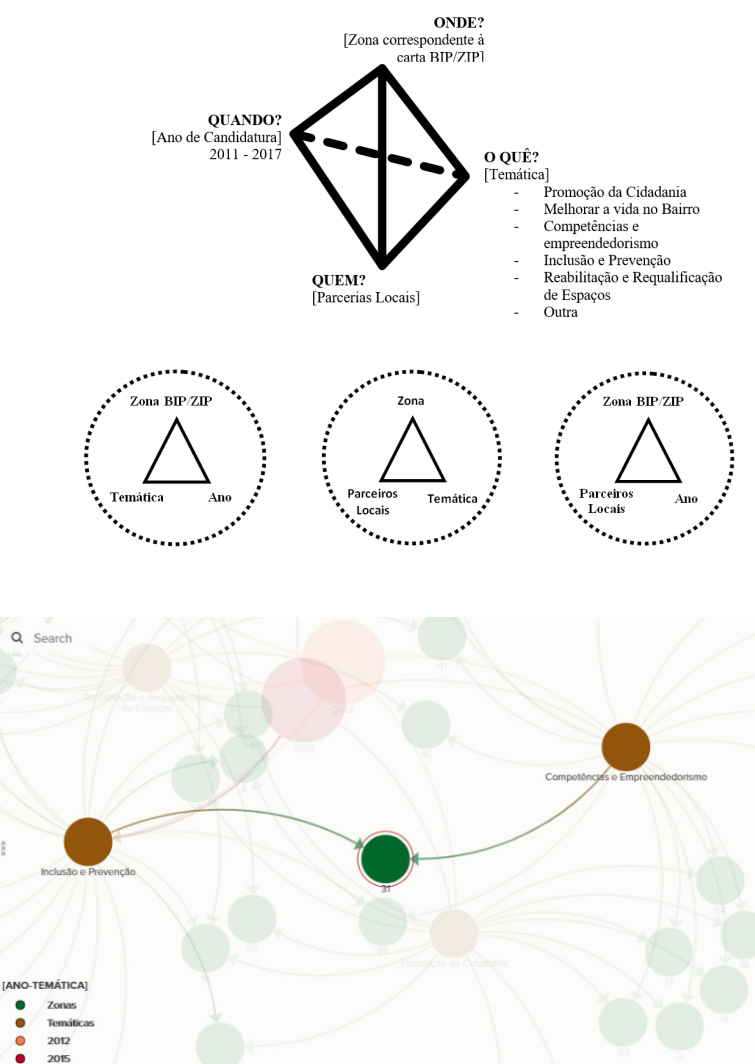


Imagem 4 - Trinómio de critérios de análise

Fonte: Sofia Sebastião
Imagem 5 - Relações isoladas de critérios de avaliação

Fonte: Sofia Sebastião

Imagem 6 - Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Zona 31 da Carta BIP/ZIP

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

possível perceber que a gestão dos dados disponíveis on-line é confinada a uma malha que possibilita criar conexões relacionais visualmente rápidas. A taxonomia permitiu aferir resultados, como: (1) relacionar as tendências temáticas por anos em cada zona; (2) a identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona; e (3) a continuidade dos parceiros por ano em cada zona BIP/ZIP, aliada à necessidade de sustentabilidade dos projetos (Imagem 5).

As inferências na taxonomia têm sempre como ponto de ligação a zona BIP/ZIP a que se re-

lacionam. A visualização das relações pretendidas é possível através de vistas isoladas com apenas os elementos que se pretendem identificar. Como demonstração das inferências que podem ser realizadas na Taxonomia BIP/ZIP, vamos apresentar um exemplo referente a cada conexão enunciada (Imagem 5).

1. Tendência temáticas por ano e zona da Carta BIP/ZIP

A primeira análise prende-se com a tendência da temática por ano e por zona (Imagem 5). Na Imagem 5 escolheu-se a zona 31 da Carta BIP/ZIP, de forma aleatória. Esta revela que, nos dois anos em análise, os projetos apresentados só têm apostado em duas temáticas de intervenção: Inclusão e Prevenção; e Competências e Empreendedorismo (Imagem 6). Numa segunda iteração (Imagem 7), com a escolha aleatória de uma temática interventiva do programa é possível visualizar o número de zonas que têm trabalhado a temática nos anos 2012 e 2015. Neste caso, verificamos que a temática Inclusão e Prevenção esteve associada a 21 zonas distintas identificadas na Carta BIP/ZIP. O acesso a esta informação poderá permitir ao município cruzar a sua visão *top-down* disponível na Carta BIP/ZIP e as reais necessidades locais das zonas em questão.

2. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona

A segunda demonstração refere-se à identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona (Imagem 5). Nesta é possível apurar que uma determinada zona está associada a um número finito de parcerias locais. Elegendo a zona 60 da Carta BIP/ZIP, de forma aleatória, visualizamos imediatamente que está associada a nove parcerias locais nos dois anos em estudo (Imagem 8). Na figura 10 apuramos que, a um número finito de zonas, está associada uma parceria local com determinadas temáticas de intervenção. Utilizamos neste caso, para verificar se informação estava correta, o parceiro ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O parceiro esteve ligado a duas zonas distintas, à zona 46 e 60, com a mesma temática de intervenção, Reabilitação e Requalificação de Espaços. O acesso a esta informação permite ao município entender as várias dinâmicas territoriais e as especificidades de cada parceiro local.

3. Continuidade dos parceiros por ano em cada zona BIP/ZIP

Para entender o conceito de continuidade dos parceiros, por ano em cada zona BIP/ZIP, estabelece-se uma ligação direta de uma determinada zona da Carta BIP/ZIP com as entidades parceiras correspondentes a um determinado ano (Imagem 5). Na Imagem 10 é possível observar que à zona 60 estão associadas 9 parcerias locais. Algumas permanecem no território desde o início do programa BIP/ZIP e outras que são atraídas pela necessidade de responder a novos problemas do território. Na segunda fase da demonstração destacou-se, aleatoriamente, um parceiro local que nos permitiu aferir a quantas zonas de intervenção esteve associado e a que ano e/ou anos. Na Imagem 11 visualiza-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que esteve envolvida em 7 zonas de intervenção distintas, incluindo a zona anteriormente referida, nos anos de 2012 e 2015. O acesso a esta informação permite ao município entender a sustentabilidade das parceiras através de um trabalho contínuo de relação com os bairros, a candidatura de novos projetos e atração de mais parceiros com diferentes competências

Conclusões

Qual o papel do programa BIP/ZIP no desenvolvimento local? O BIP/ZIP será apenas um modelo ou uma estratégia de desenvolvimento local? De que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios? As questões não estão ainda fechadas porque a taxonomia BIP/ZIP está em construção e necessita de ser apoiada por informação adicional. No entanto, é possível aferir, numa primeira análise, que o programa assenta numa caracterização territorial acompanhada de diagnóstico que fundamenta uma visão global sobre o território e um conjunto de instrumentos que procuram garantir uma cidadania ativa na melhoria da qualidade de vida nos bairros e zonas definidas como prioritárias na Carta BIP/ZIP. O programa BIP/ZIP sabe-se como e quando iniciou, mas o processo está em contínuo ajustamento à realidade, o que dificulta a definição de conceitos. O Programa tem permitido agregar iniciativas e micro práticas de cariz social, económica, ambiental, mas também cultural e político. Assim, é possível considerar que o vincular destas iniciativas potenciou a mudança da cidade alterando o seu *status quo* anterior (expressão que advém do latim que significa “o estado das coisas”). O programa BIP/ZIP no desenvolvi-

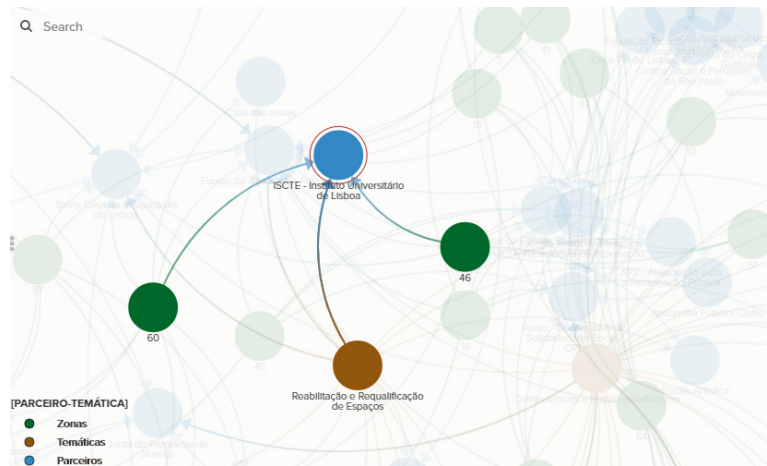
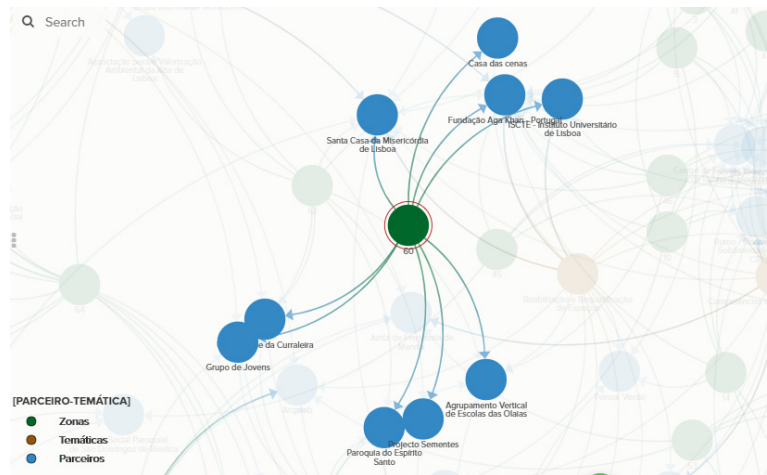
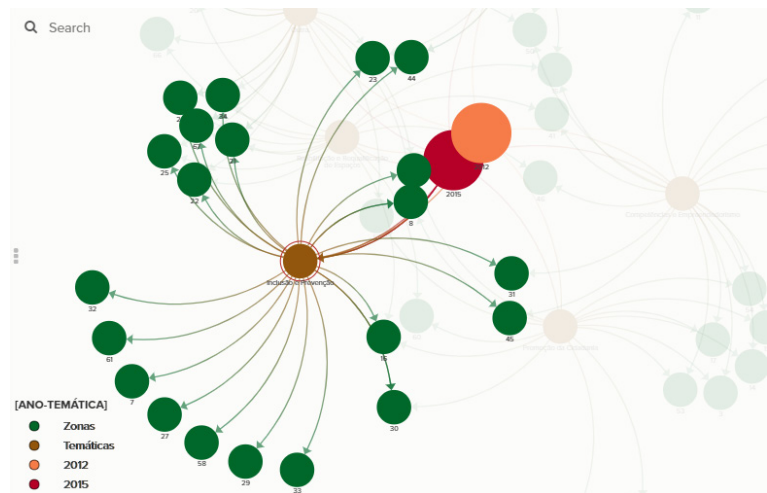


Imagem 7 - Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Inclusão e Prevenção

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

Imagem 8 - Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

Imagem 9 - Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Parceiro ISCTE-IUL

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

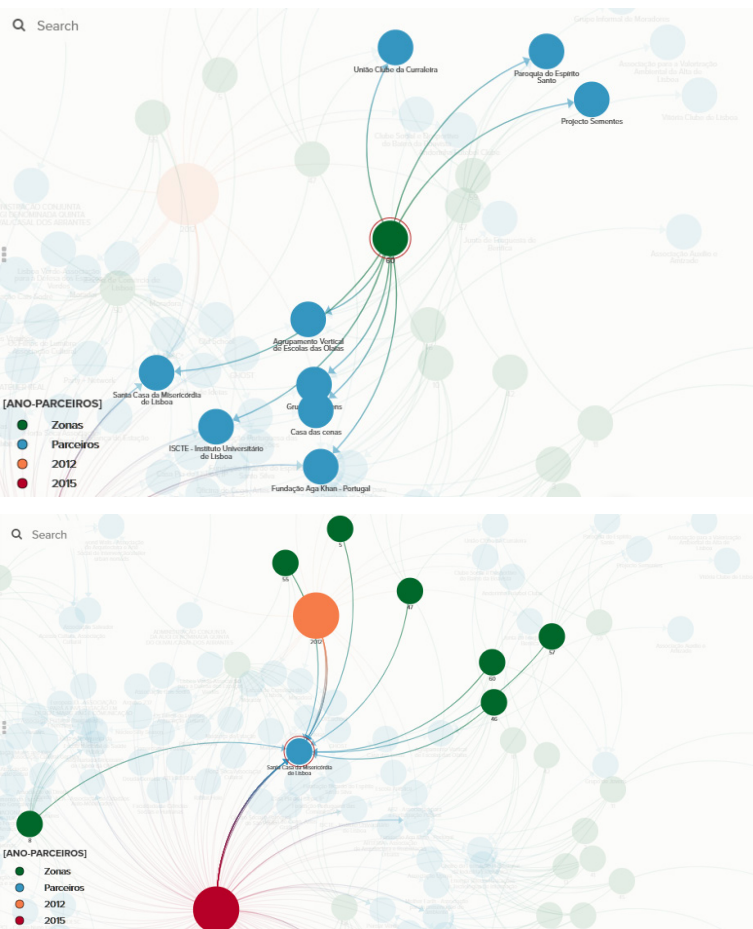


Imagem 10 - Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

Imagem 11 - Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Fonte: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

mento local permitiu de igual modo potenciar uma cidadania ativa e a participação dos sujeitos na procura de soluções e tomada de decisões locais. Neste sentido, é bastante relevante, visível na taxonomia, as várias associações de moradores que foram criadas e os parceiros com diferentes perfis que se foram associando às parcerias locais para potenciar a concretização das soluções comunitárias. O desenvolvimento local associa-se a um desenvolvimento comunitário. Holdcroft descreve comunitário como,

“(…) um processo, método, programa, instituição e/ou movimento que: a) envolve

as pessoas num base comunitária na procura de soluções para os seus problemas comuns, b) ensina e insiste no uso de processos democráticos na solução conjunta dos problemas da comunidade, e c) Ativa e/ou facilita a transferência de tecnologia para as pessoas de uma comunidade na definição de uma solução mais eficaz para os problemas comuns” (Holdcroft, 1978:10).

O trabalho que tem vindo a ser alvo de estudo, permite-nos, numa abordagem geral e inicial, considerar o programa BIP/ZIP como um conjunto de premissas táticas para o território. A confirmar esta afirmação, está a recente nomeação do BIP/ZIP como uma boa prática inovadora URBACT III (programa europeu de promoção de desenvolvimento urbano) de solução inspiradora de melhoramento da cidade (URBACT III). Tal situação, admite aferir o conceito de padrão, ou seja, elementos que se repetem de maneira previsível, no desenvolvimento local e comunitário.

A elaboração de um documento reflexivo com base neste estudo permitirá importar e/ou exportar os conceitos do programa BIP/ZIP para outros territórios. O programa como modelo será considerado para outros territórios como o binóculo da estratégia BIP/ZIP.

Referências

- Bandeirinha, J. A. (2014). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Brito, M. (2013). *Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) de Lisboa. O QUE SÃO OS BIP/ZIP?*. [Online] Disponível: <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/137372027908aOJ7iz1Ay61NC5.pdf> [Acedido em Dezembro de 2016]
- Costa, A. (2013). A IDEIA É SIMPLES, in *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, energia BIP-ZIP*, p.11. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCEoce2Cd99EY7.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]
- Ferreira, V. M. (1975). *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A Intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*, Porto: Afrontamento.
- Hamdi, N. (2013). *About the Art of Praticce and the Limits of Planning in Cities*: Routledge.

- Holdcroft, L. (1978). The Rise and Fall of Community Development in *Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University.
- Lemos, M. P. (2014). *Estratégias complexas de reabilitação urbana. O efeito combinado da criatividade, espaço público e nobilitação*: Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Pereira, G.M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História*. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol.4, pp.13-31.
- Pincha J. P. (2015). *A Câmara de Lisboa passou-lhes a bola. Agora, têm de fazer nascer 36 projetos em bairros com problemas*. [Online] Disponível: <http://observador.pt/2015/10/16/camara-lisboa-passou-lhes-bola-agora-nascer-36-projetos-bairros-problemas/> [Acedido em Dezembro 2016].
- Rosa, M. L. (2011). *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*, São Paulo: Editora de Culturas.
- Rosa, M. L. e Weiland, Ute E. (2013). *Hand-made Urbanism. From Community Initiatives to Participatory Models: Mumbai, São Paulo, Istambul, México City*, Capetown: Jovis.
- Sanoff, AIA H. (2000). *Community Participation Methods in Design and Planning*, New York: John Wiley & Sons.
- Sanoff, AIA H. (2008). Multiple Views of Participatory Design. *Archnet-IJAR, International Journal of Architectural Research*, vol.2, pp. 57-69.
- Roseta, H. (2013). PEQUENO PROGRAMA, GRANDE LIÇÃO, in *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, energia BIP-ZIP*, p.13. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE-oce2Cd99EY7.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]
- Roseta, H. (2015). *Escutar a cidade: dos pecados urbanos à energia bip-zip: Fórum Lisboa*. [Online] Disponível: <https://escutaracidade.files.wordpress.com/2015/04/escutar-a-cidade-5-helena-roseta.pdf> [Acedido em Junho 2017]
- URBAC TIII - *An integrated toolbox for deprived neighbourhoods. A local development strategy for neighbourhoods and areas of priority Intervention*. [Online] Disponível: <http://urbact.eu/integrated-toolbox-deprived-neighbourhoods> [Acedido em Junho 2017]